

A prévia do PDS é iniciativa de Ludwig

Da sucursal de
BRASILIA

O Palácio do Planalto possui uma fórmula para tentar forçar a convenção nacional do PDS, em setembro, a aceitar o resultado da prévia a ser realizada em julho nas bases do partido: computar Estado por Estado as preferências dos quase 70 mil pedessistas que se pronunciaram, de modo a anunciar não apenas o resultado final da soma de votos, em todo o País, mas também o número de Estados que preferiram o vencedor. Isso, é claro, se um dos presidencialistas vier a dispor de ampla preferência sobre os demais. O efeito psicológico do anúncio não deixará de refletir-se na decisão dos convencionais.

A idéia é do general Rubem Ludwig, chefe do Gabinete Militar, o maior inspirador da solução apresentada dois dias atrás pelo senador José Sarney, de realizar a prévia nas bases do PDS. Ludwig, há um ano, sugeriu a ampliação do colégio eleitoral. Em seu entender, aquele privilegiado corpo de eleitores não deveria constituir-se apenas de deputados federais, de senadores e de representantes das Assembléias Legislativas. Sua sugestão era que fossem incluídos todos os vereadores, prefeitos, governadores e deputados estaduais de todos os partidos. Com isso, a representação ficaria mais democrática e traduziria o sentimento nacional.

A opção afinal adotada pelo general João Figueiredo exprime uma decorrência ou derivativo da proposta do seu chefe do Gabinete Militar, pois limitada ao PDS. A conclusão, não só do presidente e de seus auxiliares mais chegados, mas da própria natureza das coisas, é no sentido de que o escolhido pela prévia venha a ser adotado na convenção de setembro, até como candidato único.

Aqui surge um nó, e dos grandes, quando se passa da teoria à prática. A prévia se fará contra a candidatura de Paulo Maluf. Aparece para contrabalançar a hipótese de o ex-governador vir a dominar a maioria dos 783 convencionais do PDS, porque, de nenhuma forma, ele conseguirá aliciar a metade mais um dos prováveis 70 mil participantes da consulta às bases pedessistas. Pelo contrário, estas se encontram afinadas com Mário Andreazza ou com Auréliano Chaves. E mais poderão ficar, através de uma ação política do governo, nos próximos dois meses.

O resultado é que Paulo Maluf está uma fera. Ontem, falando a O Estado, declarou que não emprestará o seu nome para essa manifestação, que não tem valor legal. Não disputará a prévia. A única tomada de opinião que lhe interessa ocorrerá em 2 de setembro, domingo, no plenário da Câmara dos Deputados. Lá se reunirá a convenção nacional do PDS, detendo constitucionalmente o poder da indicação partidária.

"Já houve uma prévia — ele disse —, quando em 1983 as bases do partido selecionaram seus representantes à convenção nacional. Antes, em 1982, as eleições indicaram os deputados estaduais, os deputados federais e os senadores. A eles a Constituição dá a prerrogativa de escolher o candidato. O resto é casca de banana colocada à frente de minha candidatura, outra, aliás. Mas que será superada."

O ex-governador, ao contrário dos demais presidencialistas, insurge-se contra a proposta anunciada dois dias atrás, da qual, aliás, diz não ter sido participado. Fala que os convencionais têm representatividade institucional e não poderão ser esbulhados. E não há hipótese de a Constituição ser mudada para oficializar a prévia agora arquitetada. Irá à convenção, de qualquer maneira,

ra, e, paralelamente, revela que não participará da prévia, que, em suas palavras, não existe. Acentua, também, que a classe política passou 20 anos aceitando candidatos únicos para a Presidência da República. No momento em que pode fazer valer a sua força e tomar as decisões, através da convenção, admitiria repetir o passado? Outra de suas críticas é a respeito da lisura da prévia: quem sabe como ela será executada ou manipulada?

O candidato está bravo, mesmo, e sua braveza dá conta de como foi atingido pela decisão do general João Figueiredo. O tom da reação, ontem e anteontem, dos deputados e dos senadores malufistas faz supor o acirramento dos ânimos e a luta aberta. Diria o senador Alexandre Costa, por exemplo, que, se a manobra surtir efeito, quem impedirá que os partidários de Paulo Maluf, como represália, não apoiem as oposições para o estabelecimento das eleições diretas já? Ou, além disso, votem num candidato opositorista no colégio eleitoral?

O fato é novo e importante, no processo sucessório. Pela primeira vez se lança ao debate algo inteligente. A prévia veio para ficar e se realizará no final de julho. Depois, permanecem as dúvidas. Se o ministro do Interior ou se o vice-presidente da República vencerem, e se Paulo Maluf não mudar de disposição, o resultado será decidido pela convenção nacional. E se ela não respeitar o pronunciamento das bases? Em termos legais nada acontecerá, pois o poder concentra-se em seus convencionais; mas em termos éticos, de representatividade e de legitimidade do candidato?

Dizem que os governos chefiados por generais-presidentes funcionam à maneira dos estados-maiores. Existe sempre um envelope contendo roteiros ou instruções para as situações mais inesperadas. Se for verdade, haverá envelope capaz de resolver o impasse?

Cálculos novos

O PDS refez seus cálculos preliminares. Não serão 70 mil pedessistas ouvidos pela prévia, porém mais de 150 mil. Acontece que os diretórios municipais não têm dez membros, no máximo. Esse número pode chegar a 45, ainda que se torne necessário um levantamento para saber quantos, ao certo, existem em cada um dos quatro mil municípios. De qualquer forma, não serão inferiores a 120 mil. A eles se somam os 1.820 membros dos diretórios regionais (são em média 70 por Estado, em 23 Estados, dois Territórios e o Distrito Federal). E mais: 121 membros do Diretório Nacional, 24.463 vereadores, 2.563 prefeitos, 476 deputados estaduais, 235 deputados federais, 45 senadores e 15 governadores (12 estaduais, dois de Territórios e um do Distrito Federal).

Nova Meca

Belo Horizonte transforma-se na nova Meca da política brasileira. Ontem foram para lá, convidados para jantar com Maomé (perdão, com o governador Tancredo Neves), os líderes Humberto Lucena e Freitas Nobre, do PMDB.

Euforia

Mais eufórico do que Auréliano Chaves e Mário Andreazza, e mesmo sem ser presidencialista, estava o ex-deputado Sérgio Cardoso de Almeida. A Cacex ajudou e o oligopólio dos compradores de laranja vai ter de dar mais 230 bilhões de cruzeiros aos produtores. Esse dinheiro circulará, em grande parte, no Interior de São Paulo, ajudando a reativar a economia.

C.C.